

Ana Beatriz de Vilhena Pereira

EVANGÉLICOS EM CÁRCERE

*Vi Jesus de calça bege e o
diabo vestido de terno*



ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL

SUMÁRIO

Prólogo 7

“Sem data pra não virar passado...”: uma etnografia de memórias e afetos 7

Introdução 35

1. Etnografia em prisões: desafios metodológicos 35
2. Situando a pesquisa 43

I. Pensando intersecções decoloniais 53

- 1.1 Masculinidades hegemônicas: surgimento, desenvolvimento e ampliações da categoria 71
- 1.2 Um Deus panóptico 84
- 1.3 Masculinidades evangélicas 96

II. Contradições? Repertório evangélico partilhado 123

- 2.1 Homo-histeria 141
- 2.2 Assistência religiosa nas prisões: panorama de direitos e deveres 147

III. Relendo o diário de campo: os cultos e seus atores 169

- 3.1 Dançando conforme o ritmo 185
- 3.2 A branquitude é como Deus 210
- 3.3 Políticas penais de assistência religiosa: perspectivas a partir da Ciência da Religião 229

Considerações finais 241

Referências 249

PRÓLOGO

“Sem data pra não virar passado...”: uma etnografia de memórias e afetos¹

*O drama da cadeia e favela
Túmulo, sangue, sirene, choros e velas.
(Racionais MC's)*

A familiarização proposta neste tópico descritivo-literário se desenvolve em sutilezas escritas que dão o tom e a potência da pesquisa em tela. Isso porque, muito além de reduções numéricas e estatísticas baseadas em marcadores padronizados, que criminalizam determinados e sempre os mesmos sujeitos, aqui versarei sobre realidades cotidianas locais, de pessoas de carne, osso e afetos para além do crime e da estigmatização a elas impostas.

O início deste “conto” se dá com a minha primeira formação, graduação em Licenciatura Plena em História, em

- 1 O título deste prólogo, “Sem data pra não virar passado”, foi extraído do cabeçalho de uma carta confeccionada por um aluno com quem estabeleci estreita relação de respeito, empatia e afeto, escrita à caneta rosa com *glitter* e direcionada a mim, ao final do ano letivo, e a assinatura da carta foi “Do seu amigo, Jairo” (esse nome e todos os outros utilizados nesta obra são pseudônimos escolhidos aleatoriamente, a fim de preservar a confiança depositada na conversa, a identidade e as histórias dos envolvidos).

2011. Em julho de 2012, completando meus 25 anos de idade, ainda no início do mês, fui informada sobre a vaga para Professor de Ensino Básico em História (PEB), na Penitenciária Professor Ariosvaldo de Campos Pires (PPACP). Devido ao contexto singular, pensei que a vaga seria menos concorrida por profissionais com trajetória docente mais longa do que a minha à época e, dessa forma, poderia ser uma oportunidade única de começar a lecionar.

A PPACP é localizada no bairro Linhares, em uma das periferias de Juiz de Fora, muito distante do centro, cuja interação entre os ônibus urbanos é desregulada, o que dificultava ainda mais a acessibilidade. Coincidentemente, eu e os dois outros candidatos à vaga, um veterano da faculdade e uma senhora, descemos no ponto de embarque, exatamente na entrada que dá início à primeira subida em direção à prisão. Essa subida é extensa e ladeada por morros e matagais.

Chega-se, então, ao primeiro enorme portão de entrada e, após certo tempo de espera, algum agente penitenciário atende, verifica documento, telefona para outra portaria, que telefona para a escola e, depois de todas as confirmações, somos autorizados a entrar. Subimos, sozinhas, mais um extenso caminho, com várias entradas e construções laterais, cujo percurso é ladeado, à esquerda, por barrancos e mato e, à direita, um grande muro com pichações².

Seguindo em frente, depara-se com um segundo portão e todo o processo de verificação de identidade foi refeito. Entramos pelo portão, e nos encaminharam para o “Salão

2 Atualmente, 12 anos após a primeira descrição, não há mais as pichações com dizeres e imagens religiosas. Os muros foram pintados de uma tonalidade que chamaria de “cinza cadeia”. A cor fria reflete a gélida morbidez do ambiente.

da Família³”, a fim de aguardar a revista⁴. Ao nos direcionarmos para a escola, passamos por alguns sujeitos privados de liberdade. Um deles era muito alto, porte físico musculoso, do tipo fisiculturista, careca, usando o uniforme vermelho com a sigla da Subsecretaria de Administração Prisional (Suapi).

O homem segurava uma enorme pá em que a haste estava sustentada pelo ombro do sujeito, com o local em que se segura o utensílio posicionado para baixo, e a extensão de metal, que cumpre a funcionalidade de uma pá, ao lado e mais acima da sua cabeça. O conjunto da figura formava algo meio caricato e parece ter acionado o imaginário da senhora candidata que, ao se deparar com o rapaz, segurou em meus braços exclamando: — *Ai meu deus, será que dou conta, to com medo!* [sic] (Informação verbal, 2012).

Fui eu a candidata selecionada e, antes de assinar toda a documentação para firmar o contrato, a pedagoga da escola explica, em detalhes e por quase duas horas de conversa⁵, a

- 3 O Salão da Família era uma sala que deveria abrigar, aproximadamente, no máximo, cem pessoas. Era destinada a palestras, atendimentos jurídicos ou encontros particulares de internos/as com familiares.
- 4 Com o tempo, pude constatar que o rigor da revista dependia da funcionária e seu humor do dia. Tínhamos os corpos levemente apalpadados, da cabeça aos pés. Mulheres revistadas por funcionárias e homens por funcionários, bolsas também verificadas e cada dia uma recepção diferente, às vezes bem-humorada, outras indiferente, as seguintes hostis e, assim, ciclicamente, coloquialmente, o trato com funcionários, especificamente, da segurança, os agentes penitenciários (AP), era um cotidiano de “pisar em ovos”.
- 5 Contudo, por mais acuradamente que a funcionária tenha explicado, advertido e aconselhado, nada, absolutamente nada, prepara para a realidade que, no dia seguinte, me deparei. Assim como, nenhum, absolutamente nenhum texto acadêmico de orientação em pesquisas etnográficas prepararia para a degradação da realidade das galerias e celas (conhecidas como “barracos”, seria o equivalente ao local de moradia das pessoas) em que moram os internos, às quais pude ter acesso como pesquisadora, anos depois. Atualmente, a educação em

rotina da escola em relação à prisão, o que pode e o que não pode ser feito, o tipo de relação que se deve manter com os/as alunos/as ou não e, por vezes, enfatizava situações que se referiam à minha pouca idade. Essa identidade social realizada através da minha corporeidade e estética, para as mulheres agentes, parecia indiferente. Já nos agentes penitenciários, gerou reações diversas.

Muitas perguntas, especulações, curiosidade, conselhos e flertes, galanteios, sutis ou mais evidentes. Cada professora parecia ter a sua parcela específica de admiradores do setor de segurança. Por isso, essa autoidentificação possui função na análise em partes e no todo. Cada setor de segurança, feminino e masculino, possuía uma grande parcela de funcionários/as que não faziam questão de disfarçar o intenso desgosto por ter que lidar com a escola e os/as professores/as. A proporção de professoras era significativamente aumentada em relação aos professores.

No primeiro dia, chego e a escola ainda fechada. Aguardei ao lado de fora. O local é extremamente frio pela manhã. A sensação de encaminhar-me pela primeira vez para o primeiro pavilhão e primeira sala de aula na qual conheceria meus primeiros alunos foi inexplicável. Em um mesmo espaço, havia três pavilhões, dois masculinos e um feminino e, separadamente, o pavilhão quatro, que abrigava os encarcerados mais velhos.

Eu possuía nove turmas⁶: sete masculinas, duas femininas, totalizando dezesseis aulas semanais, distribuídas

contexto de cárcere parece estar chamando atenção à medida que surgem mais pesquisas.

- 6 As turmas eram multisseriadas, o “terror do professorado”. Isso porque esse tipo de turma abrange alunos que estão alocados em todas as etapas do ensino básico fundamental, anos iniciais. Ou seja, deveríamos preparar material sobre um conteúdo para cinco alunos,

entre quarta, quinta e sexta-feira, manhã e tarde. Fui recebida, conforme mencionei, com fisionomias e expressões de surpresa e curiosidade intensa em minha primeira vez em todas as turmas masculinas e uma feminina. Simultânea e inconscientemente, realizávamos, eu e alunos, a etnografia reversa. Eu os estudava, eles me escrutinavam. Assim, passei todo o dia respondendo se eu não tinha medo de estar ali, qual era a minha idade, se eu já havia lecionado antes (ao que respondia que sim, como se para legitimar minha autoridade, visto que me consideravam – ou sabiam – inocente por ser jovem), quando havia me formado, se era casada. Dentre essas e diversas outras questões, uma em particular chamou-me a atenção. Um aluno, branco, olhos azuis, loiro, integrante do movimento do tráfico, no auge de seus vinte anos, pediu a palavra e inquiriu-me: “— Dona Bia, agora a senhora tá vendo que aqui dentro não tem só monstro? Por que lá no mundão eles acha que nós aqui é tudo monstro! [sic] (Vilhena, 2017, p. 15).

Naquele momento, respondi que do portão para dentro éramos professora e alunos e que nossas interações deveriam ser ancoradas nesta noção e a partir de tudo que o repertório de uma sala de aula fornecesse. No fim desse dia, foi necessária uma cerveja e solidão, a fim de assimilar um dia de experiência que não se traduz. Durante a primeira semana, talvez mês, ou ainda, talvez todo o período em que ali estive, fui testada pelos alunos, de várias formas. Porém, nunca através de apelo sexual ou desrespeito.

Antes, havia pedidos para entregar bilhetes para a administração prisional ou pedidos de notícias da família. Os lápis e canetas que levávamos para as salas deveriam ser

outros para mais sete e “rebolar” para dar uma aula transversal, didática, coerente, interativa.

contados antes de entrar no pavilhão a fim de que todos os itens retornassem à escola, evitando possíveis contravenções dentre os internos com o uso de uma caneta. Apenas anos depois, quando do meu ingresso na Ciência da Religião, foi que percebi que também passei por um tipo de teste por uma professora religiosa de confissão Batista.

Lembro-me que, especificamente, para essa professora, sentia que era enxergada como uma potencial evangélica⁷. Minha percepção foi confirmada através da situação em que, “evangelicamente estratégica”, em um dia letivo comum, a mencionada professora ofereceu-me um DVD para que os alunos assistissem. Segundo ela, devido a alguma contenda interna, superlotação ou transferência de “presos”, os pavilhões ficavam tensos, diferentes, e os alunos especialmente desanimados, logo justificava a apresentação do DVD.

Perguntei do que se tratava o conteúdo do vídeo acreditando que se referia a conteúdo pedagógico. A resposta foi que o vídeo retratava “pessoas contando suas histórias de vida, egressos que conseguiram sair do crime e que os alunos adoram” (Informação verbal, 2012). Aceitei o empréstimo do DVD e tal foi minha surpresa ao chegar na sala, ligar o dispositivo e constatar que as “histórias”, na realidade, eram testemunhos de ex-umbandistas ou candomblecistas em uma sequência despudorada de difamação e ataques às religiões e religiosidades de matriz afro-brasileira.

Não interpelei a professora sobre o ocorrido, afinal, eu havia aceitado o CD sem questionar. Por ocasião do mês

7 Isso porque a moça vivia a aconselhar-me a partir de premissas cristãs, convidar-me para ir à Igreja que frequentava (o que nunca aconteceu) a fim de que eu “conhecesse a palavra, pois era maravilhoso” e alguns comentários preconceituosos sobre outras religiões. A despeito disso, desenvolvi relação de convivência mais estreita com essa professora, pois confiava nela.

da Consciência Negra, havia preparado aulas interativas com textos, vídeos, música, conversas. Quando entro em uma das turmas, um aluno exclama: “— Ah não, Dona Bia, aquele DVD que a [professora tal] fica passando de Jesus, de evangélico...” (Informação verbal, 2012). E, a cada situação ou gafe que eu cometia, era mais um aprendizado, até no que se referia à roupa.

Apesar da obrigatoriedade do uso de jalecos a fim de velar as formas dos nossos corpos, masculinos e femininos, principalmente, os olhares de cobiça masculina por parte dos agentes penitenciários eram constantes e inconvenientes. Havia outras regras sobre vestuário que considerei peculiares a princípio, porém, com a experiência, fui percebendo as nuances e diferentes significados de tais proibições. Certa vez, em um dia chuvoso, usava calça jeans com uma bota marrom de cano alto por cima da calça.

Ao aproximar-me do primeiro portão, mais frágil, que dá acesso ao maciço portão de entrada aos pavilhões, ouço a pedagoga da escola chamar meu nome. Retorno todo o caminho e, surpreendida, confusa e um tanto quanto envergonhada, fui informada que algum agente penitenciário, homem, acionou-a e a informou sobre meu vestuário. Segundo o funcionário, bota de cano alto por cima da calça é considerado *sexy* e, sendo assim, fui orientada a colocar a calça por cima do cano da bota.

Em uma outra ocasião, devido ao jaleco que cobre nossas roupas, não dei muita atenção à camisa que usei no dia. Era uma blusa preta, com a estampa de uma caveira estilizada como uma *Pin up*, feminista com alguns traços de Frida Khalo. Uma agente penitenciária vetou-me e disse que eu não poderia entrar usando uma blusa de caveira. Essa advertência fez sentido na hora, foi uma desatenção. Alunos e não alunos acabavam por nos “esbarrar” fora das salas de

aula, e a figura de uma caveira no universo da criminalidade e da prisão transmite diferentes tipos de mensagem. Logo, tive que virar a camisa, fazendo com que a caveira ficasse em minhas costas, velada pela jaqueta. No decorrer dos dias, semanas, meses, a percepção dos conflitos concretos e quase diários entre setor de segurança e escola eram constantes, conflitos estes ressignificados durante etnografia, porém, por diferentes motivos, reiterados.

A falha, o ruído ou a ausência de comunicação entre todos/as faziam com que os procedimentos de retirada e revista dos sujeitos para assistir às aulas atrasassem quase diariamente. Os atrasos nunca tinham sido cometidos por alguém específico e, por vezes, a escola era culpada, os professores chamados de “devagar”. Quando os agentes nos chamavam, deveríamos todos/as estarmos a postos e acompanhar o passo deles, afinal, eles eram da segurança⁸.

Era comum que alguns agentes penitenciários responsáveis por encaminhar e trancar os professores nas salas de aula demonstrassem má vontade e fizessem comentários do tipo: “— *E aí fessora, vai deixar muito bandido inteligente hoje? [sic]*”. Os chamados Procedimentos Operacionais Padrão (POP) se davam através da nudez do encarcerado que

8 O papel dos agentes penitenciários, agora chamados policiais penais, nas dinâmicas escolares era conduzir os professores aos pavilhões, abrindo e fechando os diversos portões que dividem as galerias, levando-nos até as celas de aula e nos retirando ao final dos 50 minutos de aula. Muitos acreditam que os agentes permanecem nas aulas para proteger os professores, o que é um equívoco. A presença de um agente de segurança durante a aula seria totalmente antipedagógica e não contribuiria em nada para a segurança dos professores; na verdade, poderia até ser prejudicial. Além disso, nos poucos casos de conflitos que ocorreram durante as aulas, é dito que ao primeiro sinal de briga, os demais internos rapidamente se posicionaram em torno da professora, formando uma barreira de proteção para evitar danos colaterais do conflito.

deveria, diante de outro homem, cuja autoridade e dominação é propriedade, agachar-se de frente e de costas, por três vezes, e tossir.

Essas são as chamadas medidas de segurança, justificadas pela precaução na verificação se o “preso” estava levando algum tipo de arma para fora da cela, como um barbeador ou algo afiado e improvisado. Era muito comum, em dias frios, gelados e de neblina, que os sujeitos privados de liberdade chegassem às celas amuados, abatidos. Muitos, por vezes, sem meias, apenas vestidos com uma calça e uma blusa de mangas compridas e chinelos. Lembro o quanto presenciar aquilo, um ser humano enregelado no auge do inverno, era deprimente, dilacerador e cortante.

Era necessário manter-se de pé, como se nada anormal ocorresse, enquanto gritos de frustração e impotência ecoavam por dentro, refletindo os gritos mudos vindos de fora. Além dos atrasos rotineiros, havia dias em que chegávamos à escola e era dia de “bate cela⁹”. Também justificado como medida de segurança e garantia da não violação das leis pelos encarcerados, como porte de celular ou drogas. O procedimento era realizado pelos agentes do Grupo de Interna Tática (GIT).

9 Bate cela são interpelações pelo GIT (ou GIR, à época, Grupo de Interna Rápida), que invadem os pavilhões, antes que os encarcerados acordem, gritando para que encostem na parede, arrebatando os portões das celas, fazendo tanto barulho quanto possível. Ameaçam, agredem verbal e fisicamente, destroem os poucos bens que os encarcerados podem ter, utilizam armas mais e menos letais, guiam cães farejadores. Esses agentes passam por processo seletivo interno e treinamento especializado. Adiante, descreverei algumas instâncias reguladoras externas, internas, alguns procedimentos e retomarei ao GIT. À época, em 2012, eram chamados Grupo de Intervenção Rápida (GIR), a nomenclatura varia entre as regiões.

Os homens entravam de surpresa, grosseiramente e de forma violenta gritando xingamentos e ameaças nos pavilhões, antes do toque para que os encarcerados acordem, pegando-os de surpresa. Nos dias seguintes a esses procedimentos, o mesmo abatimento era visível nas feições. Um dos alunos contou que, no procedimento do dia anterior, “eles [agentes do GIT] chegaram ameaçando e, sem aviso ou motivo de conflito, dispararam o *spray* de pimenta, fazendo muitos internos passarem mal” (Informação verbal, 2012).

Conta, ainda, que esses episódios eram comuns, e, por vezes, os agentes rasgavam as fotos de familiares ou outros poucos e raros bens que podem possuir. Inclusive, muitos alunos tinham que pedir outros cadernos, pois estes também não eram poupados. Considerados “grupos de elite”, os agentes desses grupos eram altos, corpos trabalhados, musculosos, enormes de altura e largura, usando máscaras pretas, armas de borracha, cassetetes e outros, guiando enormes cachorros farejadores

Supostamente treinados para conter motins, esses grupos especiais são forjados no corpo e através dos corpos para o uso da força, da violência sobre os presos, a fim de subjugar-los. As denúncias de tortura contra esses grupos são de difícil apuração, “uma vez que é virtualmente impossível identificar os responsáveis ou individualizar condutas, e a “excepcionalidade” das suas ações acaba por justificar a falta de qualquer acompanhamento, bem como o uso aparentemente indiscriminado da força” (Pastoral Carcerária, 2016, p. 69).

No decorrer das aulas, tanto manhã, quanto tarde, era comum a presença do grupo de oficiais da prisão nos corredores retirando os detentos que iriam para o banho de sol. Em minha primeira aula, um destes funcionários, sempre mascarado, perguntou meu nome, apresentou-se como “membro do GIT”, sem mencionar seu próprio nome, na medida em

que usam máscara, justamente, para manter anonimato. Fui informada que, durante as aulas, manhã e tarde, assim que identificássemos a entrada do grupo no pavilhão, “geralmente eles mesmo te avisa [*sic*]¹⁰” (Informação verbal, 2012).

Ao aconselhar-me a procurá-lo caso fosse preciso, utilizou, a meu ver, um tom de voz que misturava vaidade, galanteio e transmitia uma mensagem de que ele me “protegeria” com o seu “poder” e virilidade. Solicitou que, quando estivesse na presença deles, caso eu optasse por continuar dando a aula, que fizesse uso de um baixo tom de voz, porém, os alunos não poderiam, absolutamente, emitir nenhum som ou fazer qualquer movimento em suas cadeiras. Não raras vezes, os alunos eram provocados com nomes agressivos ou ameaças, e o sujeito que fosse visto em pé ou que respondesse às provocações sofreria retaliações.

Certa vez, apesar do intenso silêncio no pavilhão, determinado aluno, cujo lugar cativo na sala era encostado na parede, com uma “janela” gradeada acima, estava em pé. Poderia dizer que, pela expressão do sujeito, ele se encontrava totalmente imerso em seus pensamentos, apenas seu corpo parecia estar presente. E, por esse motivo, não se deu conta da presença do “grupo de elite”. Ao vê-lo em pé, apesar de em total silêncio, o funcionário pergunta de forma ríspida e arrogante: “— Que tá fazendo em pé? Já não sabe que num é pra ficar em pé? Qual galeria? Número da cela e Infopen¹¹. Três dias sem sol pra você [*sic*]” (Informação verbal, 2012).

10 O funcionário referia-se ao fato de que os alunos sabiam os horários em que o grupo chegaria a fim de regularem suas posturas. De fato, com o tempo, eram eles que me avisavam sobre a presença do GIR.

11 O Infopen, além de ser a sigla para procedimentos de registro quando internos/as chegam às unidades, também se refere à própria identidade dos sujeitos perante todo aparato estatal. É comum ouvir chamarem os sujeitos pelo seu número de Infopen ou, ainda, per-

A um estrangeiro ao universo do cárcere, essa *canetada*¹² de três dias sem frequentar o pátio e tomar sol é uma sanção leve, porém duramente sentida. Basta fechar os olhos e pensar: sua vida é dormir a hora que mandam, acordar na base do grito, submeter-se aos outros, habitar um cubículo com mais cinco pessoas, uma latrina no mesmo ambiente restrito em que você se alimenta, dormir nos *jegues*¹³.

Outro desafio da docência, em contexto de privação de liberdade, refere-se aos recursos materiais. A escola inserida na PPACP era responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação, era esse órgão que gerava os recursos, como máquina de xerox, cadernos, lápis e demais itens escolares.

Se, em escolas extramuros, professores já possuem tarefa extra de otimização dos recursos escassos, em contexto de cárcere, multiplicam-se os desafios. Simultaneamente, pelo mesmo motivo, tudo é transformado em jogo, ferramenta, objetos interativos, tema, piadas. O baixo número de agentes penitenciários e as altas demandas faziam com que, entre duas a cinco vezes por semana, algum funcionário esquecesse ou não pudesse ir retirar os professores que, em tese, deveriam ficar cinquenta minutos em cada sala.

Diante dessa baixa, era constante que passássemos uma manhã ou tarde inteira com a mesma turma, perdendo au-

guntarem aos indivíduos “Qual seu Infopen?” que é o equivalente a “Quem é você?”.

- 12 Canetada é o nome dado às sanções impostas por funcionários que são registradas nas fichas dos internos e que podem ou não interferir na execução da pena, no tempo de sentença, na obtenção de trabalhos fora da cela, por exemplo.
- 13 Os jegues são as camas: uma estrutura de concreto dura e fria coberta por um fino colchão. Dependendo da situação dos internos, o colchão se ausenta, seja por superlotação, seja por hierarquia da cela. Quando a cela chega ao limite da superlotação, e os internos/as têm que dormir no chão, fala-se dormir na “praia”.

las em outras turmas. O resultado disso era que também acabávamos por naturalizar ficarmos presos/as por toda a manhã ou tarde, na mesma turma¹⁴. Nessas longas horas, na medida em que o horário da aula já havia sido concluído, conversávamos sobre tudo, e eu mais aprendia do que ensinava nessas conversas.

Marcou-me a fala e postura meio teatralizada de um aluno que gostava muito de conversar, à época, quase da minha idade, 23 anos. Exclamou, em tom indignado:

Ehhnnn, fessora. Cê vai trabalhar no comércio, no mercado, vai lá, recebe 600 conto! Isso aí num compra meu tênis [falou uma marca famosa de tênis customizados, febre dentre jovens e com preços exorbitantes]. Num compensa não¹⁵ (Informação verbal, 2012).

Entretida fiquei ao empenhar-me em explicar ao aluno que, de fato, o salário era baixo, e o produto, caro. Quando percebemos, toda a turma havia se aproximado, e a discussão se ampliando para questões sobre aspectos sociais, desigualdades, falta de acesso a direitos básicos, aspectos históricos na construção do país. E, de repente, alguém perguntou o que era estratificação social, expressão que constava no livro

14 Assim, perdíamos as aulas em três ou quatro turmas diferentes. Exemplo dessa naturalização e de consequências prejudiciais ao trabalho escolar foi quando descobri que existia uma turma que eu ainda não havia entrado, mesmo após um mês e meio na função.

15 Alguns anos depois, em 2016, não me lembro se foi em período pré ou pós-etnografia, entro no ônibus em direção à minha casa. Tal foi minha grata surpresa ao deparar-me com esse mesmo aluno trabalhado como cobrador de ônibus. A felicidade me invadiu, conversamos um pouco, e ele disse que aquela vida [do crime] não dava mais para ele, pois, agora, ele tinha virado pai.